

## Contraponto às restrições às nossas Hidrelétricas

*HOLTZ, Abel. “Contraponto às restrições às nossas Hidrelétricas”. Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2018.*

Todos os especialistas do setor elétrico defendem a participação crescente de fontes eólicas e solares na composição da nossa matriz de geração, e afirmam a necessidade de complementaridade dessas fontes, elegendo a outra fonte renovável – a hidroeletricidade – como a mais adequada a atender esta condição, no concernente à composição da matriz de geração, e consideram em complementaridade no atendimento à demanda a participação das termelétricas a biomassa, gás natural, nucleares e carvão.

Sabemos que a hidroeletricidade foi por muito tempo a fonte que assegurou o suprimento da demanda crescente em nosso País, mas, com o desenvolvimento de outras fontes renováveis e das limitações ambientais crescentes à sua implantação, dado a ampliação das exigências para a existência de seus reservatórios, sua participação na matriz de geração foi adelgaçando chegando aos nossos dias a cerca de 65%, o que representa uma redução de mais de 30% em relação ao tempo em que era predominante e propiciava energia a preços adequados.

Registre-se ainda, que além de produzirem eletricidade, a hidroeletricidade traz quando implantados os empreendimentos o desenvolvimento de infraestruturas, escolas e centros médicos, impulsionam a construção de estradas e desenvolvem comércios, que ao final da sua construção, permanecem melhorando a vida das comunidades da região onde foram instaladas. Estas características podem ser constatadas em diferentes Estados do nosso País onde foram construídas e representaram durante muito tempo um forte incentivo ao desenvolvimento econômico de regiões do nosso Brasil.

As características específicas da hidroeletricidade indicam a necessidade de volumes de investimentos para sua implantação, em contrapartida consagram intrinsecamente, a sua longevidade produtiva com custos decrescentes nos preços da energia gerada. O aspecto mais relevante da adelgada participação da hidroeletricidade na matriz de geração não estaria no volume de investimentos, mas, sobretudo, no gradativo e crescente incremento no custo de implantação dado as limitações ambientais que vêm sendo impostas – muitas delas justas – e os custos sociais interpostos pelos moradores das regiões onde são construídos os empreendimentos pela oportunidade que lhes resta por não terem a considerada a importância pelo Estado.

Neste contexto, dado a estas imponderabilidades, vale mencionar de forma alternativa, contornando os “problemas” citados, a oportunidade de uma maior integração energética na nossa região da América do Sul, não só através do gás natural como já ocorre entre a Bolívia, o Brasil e Argentina, mas, sobretudo, em crescentes e possíveis intercâmbios de energia elétrica entre Brasil e seus vizinhos Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai que podem ser referendados e ampliados.

No caso particular da Bolívia o potencial de crescimento deste intercâmbio de

energia elétrica poderá ser ampliado pela relevante disponibilidade de potencial hidroelétrico já estabelecido, que será possível desenvolver dado a existência de 40.000 MW (megawatts) inexplorados, e a decisão do governo daquele país vizinho em exportar a maior parcela da energia que vier a ser produzida.

O projeto de integração elétrica Brasil-Bolívia poderá ser efetivo via um primeiro e importante empreendimento que seria a construção do Complexo Binacional no rio Madeira. Sua construção se insere no eixo Brasil-Bolívia-Peru no contexto do Complexo Hidrelétrico e Hidroviário dos rios Madeira Mamoré e Beni Madre de Dios. O Complexo pretende transpor barreiras geográficas para permitir a conexão de mercados regionais aos globais, através de grandes obras de infraestrutura, incluindo as hidrovias, para exportação da produção do agronegócio.

A construção do projeto Binacional no rio Madeira poderia aumentar a produção com soja no Brasil, em cerca de 28 milhões de toneladas numa área agricultável de 7 milhões de hectares da região de savanas, o que poderia similarmente ocorrer no lado da Bolívia. O empreendimento poderá ser uma resposta para o desenvolvimento da região e integração de interesses do agronegócio em ambos os países através da construção da hidrovia para escoar a produção da região e com a aplicação do PDRS levar as populações locais o desenvolvimento que tanto desejam.

Este projeto deverá ser para o novo governo uma alternativa viável em contra ponto as restrições as nossas hidrelétricas para assegurar o atendimento da nossa demanda. Como a experiência tem demonstrado, para tornar realidade esta alternativa há a necessidade de um Tratado Internacional de País a País, bem elaborado e discutido a exaustão para ser referendado pelos respectivos Congressos. Seus atributos têm que ter tal pertinência que venham suportar “mudanças de vento” ao longo de sua validade.

Esperamos que o governo que se instalará no nosso Brasil no próximo ano faça valer a oportunidade referenciada que além do suprimento de energia elétrica ainda traria uma importante integração geopolítica do nosso Brasil com nossos vizinhos e parceiros.